

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI Nº 25314308/2025 - SES.USE

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

- 1.1 - Considerando a necessidade de publicação de novo edital para contratação de prestadores de serviço de psicologia, conforme já havia sido publicada a necessidade através do Edital de Credenciamento 637/2022;
- 1.2 - Considerando mudança recente no processo de trabalho de atendimento médico ambulatorial às demandas de Saúde Mental;
- 1.3 - Considerando que os profissionais médicos que estão atendendo a demanda ambulatorial de psiquiatria somam oferta de 120 horas semanais de consultas médicas para a referida demanda;
- 1.4 - Considerando que tal oferta de consultas médicas atualmente está suprimindo a necessidade de consultas médicas ambulatoriais na especialidade;
- 1.5 - Considerando a necessidade de ofertar atendimentos individuais em psicoterapia como forma complementar ao tratamento ofertado pelos médicos para as demandas ambulatoriais de saúde mental;
- 1.6 - Considerando que os profissionais psicólogos servidores que atuam na rede municipal de saúde não são suficientes para atender a demanda de tratamento psicológico do município;
- 1.7 - Considerando a necessidade de ofertar sessões de psicoterapia de maneira equilibrada para contemplar os públicos adulto e infantil;
- 1.8 - Considerando a necessidade de ofertar aos munícipes acesso integral aos serviços de saúde mental, o que inclui consultas médicas, atendimento e acompanhamento psicológico.
- 1.9 - Considerando o estudo do quantitativo necessário, conforme anexo SEI 0019773256;
- 1.10 - Justifica-se a necessidade de credenciar prestadores de serviços de saúde mental para tratamento psicológico.

2 - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

2.1 - A Instrução Normativa nº 03/2024 (0023970042), aprovada por meio do Decreto nº 64.109/2024 prevê que o Plano de Contratações Anual poderá ser exigido a partir do exercício 2024, porém, **apesar de até a data de elaboração deste documento, a Administração Municipal não ter divulgado o Plano de Contratações Anual do exercício de 2025**, a presente contratação está prevista no plano de ações da Secretaria Municipal de Saúde de Joinville para o ano de 2025.

3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

- 3.1 - Os atendimentos deverão ser realizados de segunda a sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos das 07:00 às 21:00h, em locais legalmente destinados a esta finalidade, que cumpram as exigências sanitárias e de todas as normas regulamentadoras em vigor, localizados no território de Joinville/SC e equipados para prestar o serviço objeto do Estudo Técnico Preliminar.
- 3.2 - A Secretaria de Saúde credenciará todos os interessados que preencherem as condições e exigências do edital de credenciamento, sendo que inexistirá a possibilidade de discussão entre as partes acerca das cláusulas contratuais, não havendo número mínimo ou máximo de credenciados.
- 3.2.1 - A Secretaria Municipal da Saúde poderá revisar a PFO (Programação Física Orçamentária) das credenciadas em caso do credenciamento de novas empresas, conforme análise da demanda e oferta de procedimentos.
- 3.3 - Poderão participar do certame pessoas jurídicas com ou sem fins lucrativos do município de Joinville, legalmente constituídas, com capacidade técnica, idoneidade econômico-financeiro, regularidade jurídico-fiscal e que satisfaçam as condições e exigências do edital de credenciamento e da legislação.
- 3.4 - A CREDENCIADA deverá ofertar e realizar todos os procedimentos previstos no edital e atender todas as faixas etárias.
- 3.5 - A participação implica automaticamente na aceitação integral e irretratável de todas as condições e exigências do edital de credenciamento e da legislação e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.

3.6 - Não será admitido para o credenciamento:

- 3.6.1 - Cujos sócios, diretores ou gerentes sejam servidores ou dirigentes da Prefeitura Municipal de Joinville.
- 3.6.2 - Que tenha sido punido com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Prefeitura Municipal de Joinville.
- 3.6.3 - Que tenha sido declarado inidôneo por qualquer órgão público Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal.
- 3.6.4 - Em falência ou concordata, que se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.
- 3.6.5 - Hospitais contratualizados por meio de convênios firmados com a Secretaria de Saúde de Joinville.

3.7 - Gestão:

- 3.7.1 - A gestão do credenciamento será realizada pela Secretaria da Saúde, gestora do Fundo Municipal de Saúde de Joinville, sendo a mesma responsável pela fiscalização do objeto do credenciamento.
- 3.7.2 - Caberá a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização verificar o cumprimento de todas as condições e exigências do edital de credenciamento e da legislação.
- 3.7.3 - A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização poderá realizar visitas a qualquer tempo e sem necessidade de aviso prévio.

3.8 - Cronograma:

3.8.1 - A CREDENCIADA terá 05 (cinco) dias úteis, a partir da emissão da ordem de serviço eletrônica e da concessão dos acessos e permissões ao módulo prestador do sistema de gestão, para disponibilizar ao Serviço de Regulação da Secretaria Municipal da Saúde de Joinville, no sistema, a oferta de vagas para o agendamento dos usuários, com data, hora e endereço para realização do atendimento.

3.8.2 - A prestação de serviços deverá iniciar, em todos os seus termos, em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da emissão da ordem de serviço eletrônica.

3.8.3 - O edital de credenciamento ficará aberto por prazo indeterminado.

3.8.4 - A presente contratação será um serviço contínuo, cujo prazo será de 24 (vinte e quatro) meses de execução, prorrogável na forma do Art. 107 da Lei 14.133/2021.

3.8.5 - O prazo de vigência contratual será de 26 (vinte e seis) meses contados a partir da data da assinatura do termo, prorrogável na forma do Art. 107 da Lei 14.133/2021, vez que a contratação está prevista no Plano Plurianual.

3.9 - Pagamentos:

3.9.1 - Os valores deverão estar em conformidade com a Programação Físico-Orçamentária.

3.9.2 - A Programação Físico-Orçamentária poderá ser revista a qualquer momento, considerando que a modalidade de credenciamento prevê a inclusão de novos prestadores.

3.9.3 - Os procedimentos, quantidades e valores constam na tabela a seguir:

| Item | Código | Descrição | Unidade de Medida | Quantidade Mensal | Quantidade 12 meses | Quantidade 24 meses | Tabela SIGTAP | Complemento Municipal | Valor total por procedimento | Valor para 12 meses | Valor para 24 meses |
|--|----------------|--|-------------------|-------------------|---------------------|---------------------|---------------|-----------------------|------------------------------|---------------------|---------------------|
| 1- Atendimento em psicoterapia individual infantil e adulto. | 03.01.08.017-8 | ATENDIMENTO INDIVIDUAL EM PSICOTERAPIA | Sessão | 2.100 | 25.200 | 50.400 | R\$ 2,55 | R\$ 82,45 | R\$ 85,00 | R\$ 2.142.000,00 | R\$ 4.284.000,00 |

3.9.4 - Não serão aceitas quaisquer alegações que visem o ressarcimento de valores não considerados no edital de credenciamento.

3.9.5 - Para fins de pagamentos, o prestador deverá apresentar comprovação de regularidade trabalhista, previdenciária e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), além de outros documentos que comprovem a regularidade jurídico-fiscal.

3.9.6 - O pagamento será efetuado de acordo com a apresentação da Nota Fiscal/Fatura ao setor Financeiro, emitida pela CREDENCIADA com base nos serviços prestados e certificada pelo setor correspondente, sendo que deverão refletir apenas os serviços solicitados por profissionais da Secretaria Municipal da Saúde de Joinville e efetivamente prestados.

3.9.7 - Em caso de atraso na entrega das medições, o pagamento será retardado proporcionalmente, sem que haja direito a juros ou qualquer valor adicional.

3.9.8 - Poderão ser incluídos ao edital novos procedimentos do grupo de atendimento psicoterapêutico, conforme atualização da Tabela SIGTAP/SUS e publicação de errata.

3.9.9 - O quantitativo de procedimentos e o valor global do edital poderá ser majorado, conforme disponibilidade orçamentária, financeira, necessidade da Área de Regulação e publicação de errata.

3.9.10 - O reajuste relativo ao valor da Tabela SIGTAP será feito na mesma proporção que a atualização da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM - SIGTAP/SUS.

3.9.11 - O reajuste relativo ao complemento municipal será atualizado conforme o índice IPCA - Índice de Preço ao Consumidor Amplo, após 12 (doze) meses contados da data do protocolo do pedido de credenciamento.

3.9.12 - O reajuste será aplicado uniformemente a todos os credenciados, independente da data de assinatura do termo de credenciamento.

3.10 - Documentos para credenciamento:

3.10.1 - Alvará sanitário vigente.

3.10.1.1 - Na desobrigação do item anterior, apresentar Documento de Dispensa de Alvará Sanitário emitido pela Unidade de Vigilância Sanitária do Município.

3.10.2 - Alvará de licença para localização e funcionamento compatível com atividade.

3.10.3 - Comprovação de inscrição e atualização dos dados e requisitos no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

3.10.4 - Comprovação de inscrição da unidade e dos profissionais no respectivo órgão de classe, cuja situação deverá estar ativa e regular.

3.10.5 - Solicitação formal de credenciamento (Solicitação de Credenciamento - anexo).

3.10.6 - Declaração de Aceitação dos Preços (anexo).

3.10.7 - Relação nominal dos profissionais que atuarão no objeto do edital com a respectiva carga horária semanal e titulação (registro de qualificação de especialista, quando for o caso). Os demais dados de recursos humanos serão considerados os contidos no CNES (ANEXO - DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE INSTALAÇÕES, APARELHAMENTO E PESSOAL).

3.10.7.1 - Comprovação de inscrição e regularidade no conselho competente, dos profissionais que atuarão no objeto do edital e que compõem a equipe mínima.

3.10.7.1.1 - Para fins de certificação de inscrição e regularidade dos profissionais que atuarão no objeto do edital e que compõem a equipe mínima, a Credenciante, por meio da equipe técnica da Secretaria da Saúde, realizará consulta no portal dos respectivos conselhos de classe, inclusive no que tange ao RQE, quando aplicável.

3.10.8 - Declaração com horários e capacidade mensal da oferta (Modelo de Capacidade de Oferta - (anexo).

3.10.9 - Comprovação de que o responsável técnico possui vínculo com o proponente, que deverá ser feito mediante a apresentação de Carteira de Trabalho, Contrato de Prestação de Serviço ou Contrato Social.

3.11 - Obrigações da CREDENCIADA:

3.11.1 - Deverá cumprir todas as condições e exigências do edital de credenciamento e da legislação.

3.11.2 - Deverá zelar pela qualidade dos serviços prestados, obrigando-se ainda a manter, durante toda a vigência do termo de credenciamento, as condições de habilitação e de qualificação exigidas.

3.11.3 - Deverá atender aos usuários com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, sem diferenciação no atendimento, mantendo sempre a qualidade na prestação de seus serviços, conforme a Portaria nº 1/2017 que dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da Saúde.

- 3.11.4 - Deverá afixar aviso em local visível de sua condição de entidade integrante do Sistema Único de Saúde (SUS) anexo 0023315212, constando a gratuidade dos serviços prestados.
- 3.11.5 - Deverá entregar, quando solicitado pelo usuário ou responsável, documento comprobatório de que a assistência foi prestada pelo Sistema Único de Saúde (SUS), sem custos adicionais.
- 3.11.6 - Deverá responsabilizar-se integralmente por danos causados, ação ou omissão aos usuários, aos funcionários e a terceiros em caso de acidentes durante a prestação dos serviços.
- 3.11.7 - Deverá responsabilizar-se integralmente pelos funcionários, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício.
- 3.11.8 - Deverá apresentar, sempre que solicitado, relatórios e indicadores de atividades que demonstrem, quantitativa e qualitativamente, os serviços prestados.
- 3.11.9 - Deverá executar o objeto em sua totalidade.
- 3.11.10 - Deverá se responsabilizar por todas as despesas necessárias à execução do objeto.
- 3.11.11 - Deverá proceder às correções que se tornarem necessárias à perfeita execução do objeto.
- 3.11.12 - Deverá iniciar a oferta de vagas em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de assinatura do termo de Credenciamento e da concessão dos acessos e permissões.
- 3.11.13 - Deverá iniciar os serviços em todos os seus termos em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de assinatura do "Termo de Credenciamento"
- 3.11.14 - Deverá enviar a grade de horários de agendamento, até o 1º (primeiro) dia útil do mês subsequente, para, no mínimo, 60 (sessenta) dias corridos.
- 3.11.15 - Deverá prestar serviço a todos os usuários que forem devidamente autorizados, agendados e encaminhados com "Protocolo de Agendamento" pela Secretaria de Saúde.
- 3.11.16 - Deverá apresentar até o 5º (quinto) dia útil do mês, os "Protocolos de agendamento" e demais documentos que possam ser solicitados pela Secretaria de Saúde.
- 3.11.17 - Deverá se responsabilizar pela criação e manutenção da agenda, recepção do usuário, baixa do procedimento realizado, fechamento da produção e emissão de laudos, respeitando os prazos previstos.
- 3.11.18 - Deverá comunicar imediatamente ou até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, a inexecução de qualquer dos serviços.
- 3.11.19 - Deverá justificar por escrito (e-mail) ao Gestor do Termo de Credenciamento (Área de Saúde Mental e Gerência de Atenção Primária à Saúde), em até 3 (três) dias corridos, a inexecução de qualquer dos serviços e, em até 15 (quinze) dias corridos, solucionar a questão. O Gestor do Credenciamento e a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização analisará a justificativa e poderá repassar o objeto para outro prestador.
- 3.11.20 - Deverá comunicar e justificar por escrito (e-mail) ao Gestor do Termo de Credenciamento (Área de Saúde Mental e Gerência de Atenção Primária à Saúde) com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, sobre a impossibilidade temporária ou redução da oferta de qualquer dos serviços, salvo nas situações de infortúnio, cujo comunicado deverá ser imediato.
- 3.11.21 - Deverá comunicar e justificar por meio de Comunicação Oficial assinada e protocolada, ao Gestor do Termo de Credenciamento (Área de Saúde Mental e Gerência de Atenção Primária à Saúde) com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias corridos, sobre a alteração definitiva da capacidade instalada ou da oferta de qualquer dos serviços. A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização analisará a justificativa e poderá revogar o credenciamento.
- 3.11.22 - A CREDENCIADA deverá corrigir/refazer os serviços que apresentarem qualquer irregularidade ou que estejam em desacordo com o termo de referência, sem ônus para a CREDENCIANTE, no prazo de até 10 dias úteis.
- 3.11.23 A CREDENCIADA deverá dispor de equipe apoio suficiente para atender ao objeto do credenciamento.
- 3.11.24 A CREDENCIADA deverá cumprir as normas referentes à Saúde e Segurança do Trabalho seguindo legislações vigentes de âmbito federal, estadual e municipal.
- 3.11.25 - A CREDENCIADA deverá corrigir e/ou refazer em até 10 (dez) dias úteis, após notificada, os serviços que apresentar qualquer irregularidade ou que estejam em desacordo com o Termo de Referência, sem ônus para a CREDENCIANTE.
- 3.11.26 - Deverá apresentar produção conforme preconizado pelas diretrizes do Ministério da Saúde ao setor competente da Secretaria da Saúde, de acordo com cronograma estabelecido pela CREDENCIANTE.

3.12 - Obrigações da CREDENCIADA específicas do objeto:

- 3.12.1 - Garantir a prestação do serviço em formato presencial, em estabelecimento localizado no município de Joinville, legalmente destinado a esta finalidade e que cumpra a exigências sanitárias e as normas regulamentadoras vigentes. Também deverá oferecer ambiente acolhedor, além de estar adequado aos usuários com deficiência, conforme as normas de acessibilidade vigentes.
- 3.12.2 - Cumprir as normas referentes à saúde e segurança do trabalho, seguindo legislações vigentes de âmbito federal, estadual e municipal.
- 3.12.3 - Capacidade instalada: será estimada levando-se em consideração a carga horária dos profissionais, os horários de atendimento disponibilizados, o número de consultórios e a duração do objeto.
- 3.12.4 - Executar o objeto (sessão) em sua totalidade para usuários de todas as idades, não podendo se negar a prestar quaisquer dos serviços sem justificativa aceita pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização.
- 3.12.5 - Fica vedada a criação de fila de espera interna pela CREDENCIADA.
- 3.12.6 - Cumprir o tempo de atendimento do objeto, sendo que a duração do atendimento deve ser de 50 minutos.
- 3.12.7 - Garantir a assinatura do "Controle Individual de Frequência" (anexo) pelo usuário ou seu responsável legal na realização de cada objeto (sessão), não sendo permitida a assinatura do objeto (sessão) antecipadamente, nem rasura no documento. O Controle Individual de frequência deverá ser encaminhado para a CREDENCIANTE para acompanhamento da execução das sessões.
- 3.12.8 - Cancelar o objeto (sessão) quando houver desistência do usuário ou troca de CREDENCIADA.
- 3.12.9 - O objeto deverá ser prestado em sessões individuais, com frequência que não ultrapasse uma sessão semanal em um ciclo de até 10 sessões.
- 3.12.10 - Ao final do ciclo de 10 sessões, a CREDENCIADA deverá encaminhar relatório informativo com o quadro atual do usuário, em até 05 dias úteis, através do Sistema Integrado de Gestão (SIG Saúde Tech) ou outro Sistema Eletrônico indicado pela CREDENCIANTE, notificando através da contrarreferência o encerramento do cuidado especializado.
- 3.12.11 - A CREDENCIADA deverá atender toda a demanda encaminhada pela CREDENCIANTE, contemplando todas as fases de desenvolvimento e os sintomas psicopatológicos que os usuários apresentarem.
- 3.12.12 - Todo atendimento, seja ao paciente ou familiar, deverá ser registrado em prontuário eletrônico fornecido pela CREDENCIANTE.
- 3.12.13 - Caso haja a realização de testes psicológicos, a mesma deverá ser realizada sem custos adicionais ao paciente ou a CREDENCIANTE.
- 3.12.14 - Se o usuário apresentar crise decorrente de transtorno mental grave e persistente, o profissional CREDENCIADO poderá

encaminhar o mesmo para escuta qualificada no CAPS de referência, mediante contrarreferência através do Sistema Integrado de Gestão (SIG Saúde Tech) ou outro Sistema Eletrônico indicado pela CREDENCIANTE.

3.12.15 - O usuário poderá realizar três reagendamentos, caso sejam justificados.

3.12.15.1 - Em caso de falta não justificada os usuários sairão da fila de espera, conforme Portaria 252/2021/SMS (0010451645), ou outro ato normativo que a substitua.

3.12.16 - Será contabilizado como 1 atendimento a sessão com pais ou responsáveis e eventual ida à escola para conversa com professores (quando necessário), desde que devidamente registrado.

3.12.17 - Após 10 sessões, se houver necessidade de manutenção do atendimento, a CREDENCIADA deverá solicitar a renovação dos atendimentos pela contrarreferência via Sistema Integrado de Gestão (SIG Saúde Tech), contendo relatório de evolução, para o serviço encaminhador;

3.12.18 - Caso o usuário necessite mais do que 10 sessões, as mesmas só serão validadas após avaliação do serviço encaminhador;

3.12.19 - O fluxo de acesso ao atendimento poderá ser alterado conforme critério da CREDENCIANTE, sendo que sempre que houver a alteração o CREDENCIADO será notificado com 30 (trinta) dias corridos de antecedência.

3.12.20 - A CREDENCIADA deverá contrarreferenciar para a Atenção Primária de Saúde via Sistema Integrado de Gestão (SIG Saúde Tech) solicitando avaliação do médico da Equipe de Saúde da Família, caso, durante os atendimentos, seja constatada a necessidade de avaliações médicas.

3.12.21 - Os encaminhamentos para atendimento psicológico serão realizados por profissional e/ou serviço de saúde definidos pela Secretaria da Saúde, de acordo com instrução normativa municipal vigente, podendo ser Nota Orientativa, protocolo ou fluxo emitido pelo Núcleo de Gestão Assistencial ou outro setor que venha a substituí-lo na função de publicação de protocolos na Secretaria Municipal de Saúde.

3.13 - Especificações:

3.13.1 Equipe Mínima:

a) Psicólogo, inscrito e regular no conselho regional de sua categoria;

b) Psicólogo Responsável técnico, o qual poderá ser, de forma cumulativa, o psicólogo assistente

3.13.2 Estrutura física mínima:

a) Consultório com poltronas para o profissional, paciente e se necessário, familiar/acompanhante, de forma a garantir a privacidade e o sigilo durante o atendimento.

b) Jogos e brinquedos variados que contemplem todas as fases de desenvolvimento infanto-juvenil, e mesa infantil com cadeiras para atendimento de crianças.

*A estrutura física mínima será verificada conforme consta no Anexo "Roteiro de Visita Técnica em Clínicas de Psicologia".

3.13.3 - A CREDENCIADA deverá garantir o seguimento da Resolução nº 13, de 15 junho de 2022, do Conselho Federal de Psicologia que dispõe sobre diretrizes e deveres para o exercício da psicoterapia por psicóloga e por psicólogo, ou outra normativa que venha a substituí-la.

3.13.4 - A CREDENCIADA deverá observar eventuais atualizações de normativas por parte dos órgãos reguladores/ regulamentadores, tais como o Conselho Federal de Psicologia e adequar-se para seu cumprimento.

3.14 - Sistema de informação eletrônico:

3.14.1 - O prestador deverá registrar todos os atendimentos realizados em prontuário eletrônico e nos sistemas de informação definidos pela Secretaria de Saúde, conforme Conselhos de Classe, Portaria de Consolidação MS/GM nº 01/2017, Título I, e Resolução de Diretoria Colegiada - RDC Nº 63, de 25 de novembro de 2011.

3.14.2 - O prestador deverá dispor de no mínimo 1 (hum) computador contendo navegador Google Chrome ou Mozilla Firefox na versão mais atualizada.

3.14.3 - Da instalação do sistema: o sistema rodará em plataforma WEB e está homologado para uso nos browsers Google Chrome e Mozilla Firefox, preferencialmente de versões mais atualizadas. Faz-se necessária uma ativação de cada estação para que a mesma possa estar autorizada para uso. Esta ativação será realizada pela equipe de suporte da Área de Tecnologia da Informação da Secretaria da Saúde.

3.14.4 - Das permissões e acessos: os acessos e permissões ao módulo prestador do sistema de gestão serão realizados pela equipe de suporte da Área de Tecnologia da Informação da Secretaria da Saúde, desde que todo o cadastro do prestador esteja devidamente atualizado, com todos os profissionais de saúde e da área administrativa vinculados ao CNES .

3.14.5 - Do fluxo de operação do sistema (módulo prestador):

3.14.6 - Da criação e manutenção de agenda: o prestador deverá gerar diretamente no sistema a sua oferta de vagas em formato de agenda, até o limite estipulado em Termo de Credenciamento, definindo dias e horários para realização dos atendimentos. A manutenção destas vagas, bem como as possíveis manipulações de datas, horários e tempo de atendimento do paciente ficarão a cargo do prestador. O sistema fará o controle a partir das baixas realizadas pelo prestador, considerando o teto mensal financeiro e/ou físico estipulado em Termo de Credenciamento.

3.14.7 - Da recepção do usuário: o prestador fará a recepção do usuário no sistema a partir da digitação da chave de acesso gerada no protocolo de agendamento que será apresentado pelo paciente no dia do atendimento.

3.14.8 - Da baixa do procedimento realizado: após realizado o atendimento, o prestador deverá dar baixa no sistema para que assim seja gerado seu Boletim de Produção Ambulatorial (BPA), ou seja, a produção e as cotas disponíveis serão contabilizadas a partir das baixas realizadas.

3.14.9 - Do lançamento dos laudos emitidos: no caso de procedimentos que exijam laudo, o prestador deverá digitar manualmente cada laudo no Sistema de Gestão da Secretaria da Saúde para que estas informações estejam disponíveis no Prontuário Eletrônico do paciente. Para não haver a necessidade de digitação manual do laudo no sistema, o prestador poderá optar pela integração do seu sistema com o Sistema da Secretaria da Saúde. Para fazer esta integração, o prestador deverá seguir o Manual iPSO - Guia de Integração LIS que detalha todo processo. As despesas de implementação e homologação desta integração são de exclusiva responsabilidade do prestador.

3.14.10 - Dos procedimentos para faturamento no sistema:

3.14.11 - Boletim de Produção Ambulatorial (BPA): fica dispensado o envio eletrônico destes arquivos para a Secretaria da Saúde, uma vez que todo processo de faturamento será feito de forma central diretamente no sistema pela equipe interna da Secretaria da Saúde a partir dos procedimentos que forem baixados eletronicamente no Sistema Integrado de Gestão da Secretaria da Saúde.

3.14.12 - Autorização de Procedimentos Ambulatoriais (APAC): procedimentos que exigem registro em APAC deverão ser lançados no Sistema Integrado de Gestão da Secretaria da Saúde, incluindo a digitação e/ou integração do laudo. Porém, a produção deverá ser digitada e apresentada via sistema APAC MAGNÉTICO do Ministério da Saúde.

3.14.13 - Envio da Produção ao Ministério da Saúde: O arquivo gerado pelo Sistema Integrado de Gestão da Secretaria da Saúde será importado no Sistema de Faturamento do Ministério da Saúde e a apuração da produção será feita baseada nos relatórios deste sistema.

3.14.14 - Eventuais inconsistências (erros e/ou bloqueios) no arquivo de produção deverão ser sanadas em até 2 (dois) dias corridos.

3.14.15 - A quantidade de cada procedimento será limitada conforme os parâmetros da Tabela Sigtap / SUS.

3.14.16 - As requisições terão validade de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data do agendamento.

3.15 - Obrigações da CREDENCIANTE:

- 3.15.1 - Deverá cumprir e fazer cumprir todas as condições e exigências do edital de credenciamento e da legislação.
- 3.15.2 - Deverá prestar todas as informações necessárias que venham a ser solicitadas sobre o edital de credenciamento.
- 3.15.3 - Deverá conceder todos os acessos e permissões necessários para a utilização dos sistemas de informação.
- 3.15.4 - Deverá acompanhar e fiscalizar o cumprimento de todas as condições e exigências do edital de credenciamento e da legislação.
- 3.15.5 - Deverá controlar, avaliar e auditar a prestação dos serviços e os relatórios apresentados.
- 3.15.6 - Deverá efetuar o pagamento em conformidade com o edital de credenciamento, desde que cumpridas todas as condições e exigências.
- 3.15.7 - Deverá notificar sobre inexecução, falha ou irregularidade dos serviços.
- 3.15.8 - Deverá intervir no objeto, se necessário, visando proteger o interesse público.
- 3.15.9 - Deverá realizar o agendamento respeitando o teto financeiro de cada credenciado, a territorialização, a preferência do usuário e o sistema de rodízio.

3.16 - Rodízio:

- 3.16.1 - Havendo mais de um credenciado, o agendamento ocorrerá em sistema de rodízio:
- 3.16.2 - Os agendamentos dos primeiros atendimentos dos usuários serão realizados pela CREDENCIANTE, diretamente no sistema, em forma de rodízio, respeitando a lista de espera, disponibilidade da oferta de cada prestador e eventual territorialização.
- 3.16.3 - Deverá ser respeitada a continuidade do tratamento do usuário no mesmo credenciado. Sendo assim, o prestador que fizer o primeiro atendimento continuará com o tratamento do usuário até o final, ou seja, até a 10ª sessão.
- 3.16.4 - Caso seja avaliada a necessidade de um novo ciclo de atendimentos, deverá ser priorizado a continuidade com o mesmo prestador que realizou o ciclo de atendimentos anterior.
- 3.16.5 - Os usuários que porventura faltarem ao atendimento sairão da fila de espera, conforme Portaria 252/2021/SMS (SEI 0010451645) ou na forma de outro ato normativo que a substitua, salvo motivo justificado.
- 3.16.6 - Caso ocorra a homologação de mais de uma empresa na mesma data, estes serão ordenadas cronologicamente a partir daquela que primeiro apresentou os documentos.
- 3.16.7 - Será respeitada a fila de espera, de acordo com a classificação de urgência, prioridade e rotina, conforme Portaria 252/2021/SMS (0010451645), ou na forma de outro ato normativo que a substitua.
- 3.16.8 - A cada nova empresa credenciada esta passará a integrar a lista de credenciadas na última posição da fila.

3.17 - Critérios e Práticas de Sustentabilidade

- 3.17.1 - Quando cabível, a credenciada deverá realizar o descarte dos resíduos decorrentes da execução da contratação, bem como a e/ou a logística reversa dos produtos.

3.18 - Padrão de Qualidade e Desempenho

- 3.18.1 - Deverão ser atendidos, no mínimo neste sentido:
 - a) As especificações para o(s) serviço(s) previstas no presente Documento;
 - b) Cumprimento dos prazos, horários e locais para os serviços previstos no presente no documento;
 - c) Cumprir com as obrigações dispostas no presente documento;
 - d) Cumprir com a documentação, quando cabível, dispostas no presente documento.

3.19 - Visita Técnica

- 3.19.1 - A CREDENCIANTE realizará visitas às instalações dos serviços interessados visando emitir parecer técnico sobre os aspectos relativos às condições de atendimento, capacidade instalada, segurança, aparelhagem, corpo funcional e técnico, em consonância aos critérios exigidos na legislação e itens elencados no edital.
- 3.19.2 - A capacidade instalada será estimada levando-se em consideração a carga horária dos profissionais, os horários de atendimento disponibilizados, o número de consultórios e a duração do objeto.
- 3.19.3 - A visita técnica será realizada seguindo roteiro, conforme anexo - Roteiro de Visita Técnica.
- 3.19.4 - Os critérios de análise e o roteiro de visita poderão ser alterados para incluir as novas legislações que possam surgir, bem como para adequação às alterações das legislações até o presente momento aplicadas no credenciamento.

3.20 - Descredenciamento

- 3.20.1 - Constituem motivos para descredenciamento o não cumprimento de qualquer das cláusulas e condições constantes no edital, bem como os motivos previstos na legislação vigente.
- 3.20.2 - O credenciamento poderá ser revogado a qualquer momento, a juízo da conveniência e oportunidade da CREDENCIANTE, por motivos plenamente justificáveis, dentro do eminente interesse público ou a pedido da CREDENCIADA, que deverá encaminhar ofício com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos.

ANEXOS

ANEXO - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que cumpre o disposto no Art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal e que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezeses anos.

Ressalva: Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz () Sim () Não

Joinville, ____ de ____ de ____.

Diretor, Sócio-Gerente ou Representante

ANEXO - FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO

FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO

À
Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde de Joinville

Pelo presente, atendendo ao Edital de Credenciamento de prestadores de serviços de saúde mental para tratamento psicológico, a empresa xxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ xxxxxxxx solicita o credenciamento dos serviços especializados para atendimento dos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) para atendimento em psicoterapia individual para todas as idades.

Por oportuno, declaramos, desde já, que aceitamos todas as condições estipuladas no Edital de Credenciamento nº xxxx/20xx e seus anexos e que temos pleno conhecimento que o deferimento do credenciamento/habilitação se dará após sua análise técnica e legal.

Outrossim, declaramos que aceitamos as normas do SUS e a remuneração proposta, a qual será feita exclusivamente com base nos valores expressos no Edital de Credenciamento, da qual temos pleno conhecimento.

Para fins de pagamento, informamos abaixo os dados bancários desta empresa:

Banco: _____ Nº da Agência: _____

Nº da Conta-corrente: _____

Para fins de contato, informamos abaixo o endereço de e-mail e telefones:

E-mail: _____

Telefones: _____

Para fins de assinatura do Termo de Credenciamento, informamos abaixo os dados do responsável:

Responsável: _____

CPF: _____ RG: _____

Joinville, ____ de _____ de ____.

Atenciosamente,

NOME DO RESPONSÁVEL:

CPF:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ANEXO - DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DOS PREÇOS

DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DOS PREÇOS

A empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, com sede na _____, inscrita no CNPJ nº _____, por meio de seu representante legal, abaixo firmado, em atenção ao Edital de Credenciamento Nº ____/____, vem manifestar sua aceitação aos preços praticados no edital.

Joinville, ____ de _____ de ____.

Atenciosamente,

NOME DO RESPONSÁVEL:

CPF:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ANEXO - CONTROLE INDIVIDUAL DE FREQUÊNCIA DE SESSÃO DE PSICOLOGIA

Requisição nº:

| Procedimento | Data | Assinatura |
|--------------|------|------------|
| Sessão 1 | | |
| Sessão 2 | | |
| Sessão 3 | | |
| Sessão 4 | | |
| Sessão 5 | | |
| Sessão 6 | | |
| Sessão 7 | | |
| Sessão 8 | | |
| Sessão 9 | | |

- NÃO realize qualquer tipo de pagamento, pois seu atendimento é financiando pelo Sistema Único de Saúde (SUS).
- TODO cidadão tem direito ao tratamento humanizado, sem discriminação.
- ASSINE o controle de frequência somente a cada sessão.
- Dúvidas ou sugestões, ligue 156 - Ouvidoria Prefeitura Municipal de Joinville.

ANEXO - TERMO DE ESCLARECIMENTO

Eu, _____, RG/CPF: _____ Matrícula SUS: _____ fui orientado(a) que durante este atendimento psicoterápico de sessões, poderei ser desligado(a) de meu tratamento na ocorrência de três (3) faltas consecutivas ou três (3) faltas alternadas injustificadas. Estou ciente de que mediante desligamento por motivo de faltas injustificadas se faz necessário novo encaminhamento para acessar o tratamento psicoterápico. Concordo que, na necessidade de me ausentar da sessão agendada, comunicarei a clínica com antecedência de até 24 horas para que seja realizado o reagendamento. Artigo 16 da Portaria nº 132/2019/SMS ou na forma de outro ato normativo que a substitua.

Joinville, ____ de ____ de ____.

Assinatura do Paciente / Responsável Legal

ANEXO - DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu, _____, RG/CPF: _____ Matrícula SUS: _____ declaro que é de livre escolha que solicito a:

() Desistência

() Mudança de Clínica

Estando ciente das minhas responsabilidades.

Joinville, ____ de ____ de ____.

Assinatura do Paciente / Responsável Legal

Assinatura do Prestador

ANEXO - DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE INSTALAÇÕES, APARELHAMENTO E PESSOAL

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA estar ciente que deverá iniciar os serviços em todos os seus termos em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da emissão da ordem de serviço eletrônica. DECLARA ainda estar ciente que deverá dispor de instalações, aparelhamento e pessoal à perfeita execução do objeto. Em caso de dispensa, substituirá por profissional do mesmo nível e com qualificação compatível, sempre com a ciência da Secretaria da Saúde.

Relação de profissionais:

| Nome | CPF | Profissão | Função/Setor | Número do Conselho Profissional | Tipo de Vínculo | Carga Horária Semanal Cadastrada no CNES | Carga Horária Semanal Disponibilizada para o Credenciamento |
|------|-----|-----------|--------------|---------------------------------|-----------------|--|---|
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |

Joinville, ____ de ____ de ____.

Diretor, Sócio-Gerente ou Representante

ANEXO - MODELO DE CAPACIDADE DE OFERTA

| Descrição | Quantidade/mês |
|-----------|----------------|
| | |
| | |

ANEXO - ROTEIRO DE VISITA TÉCNICA EM CLÍNICAS DE PSICOLOGIA

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____
CNPJ: _____
CNES: _____
Endereço: _____
Telefone: _____
E-mail: _____

2. ANÁLISE DOCUMENTAL E RECURSOS HUMANOS

2.1 O Alvará Sanitário está dentro do prazo de validade? () Sim () Não - Se não, justificar: _____
2.2 O estabelecimento está inscrito e regular junto ao Órgão de Classe? (justificar: _____) Sim () Não - Se não,
2.3 Há compatibilidade das atividades descritas no Alvará Sanitário e na inscrição junto ao Órgão de Classe com os procedimentos a serem credenciados? () Sim () Não - Se não, justificar: _____
2.4 Todos os profissionais descritos na relação de recursos humanos e que realizarão procedimentos previstos no credenciamento estão devidamente inscritos e regulares junto ao Órgão de Classe? () Sim () Não - Se não, justificar: _____

Responsável Técnico: _____
CRP nº: _____

| Nome | CRP | Carga Horária Semanal | Especialidade | Atende SUS Sim ou Não |
|------|-----|-----------------------|---------------|-----------------------|
| | | | | |
| | | | | |

2.5 O Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) está devidamente atualizado?
a) Equipamentos () Sim () Não - Se não, justificar: _____
b) Profissionais e carga horária () Sim () Não - Se não, justificar: _____
c) Serviço e classificação () Sim () Não - Se não, justificar: _____

3. SERVIÇOS DE PSICOTERAPIA QUE O ESTABELECIMENTO TEM CAPACIDADE DE REALIZAR E SE SERÃO DISPONIBILIZADOS AO SUS

03.01.08.017-8 - Atendimento individual em psicoterapia (adulto)
() Capacidade () SUS - Forma / Técnicas de tratamento: _____
03.01.08.017-8 - Atendimento individual em psicoterapia (infantil)
() Capacidade () SUS - Forma / Técnicas de tratamento: _____

4. INSTALAÇÕES FÍSICAS

4.1 - Dispõe de ambiente adequado de recepção e sala de espera?
() Sim () Não - Se não, justificar: _____
4.2 - Dispõe de consultório com poltronas para o profissional, paciente e se necessário, familiar/acompanhante, de forma a garantir a privacidade e o sigilo durante o atendimento?
() Sim () Não - Se não, justificar: _____
4.3 - Dispõe de consultório adequado para atendimento infantil, com jogos e brinquedos variados que contemplem todas as fases de desenvolvimento infanto-juvenil, mesa infantil com cadeiras para atendimento de crianças, além de proteção no piso para atividades que utilizem o solo durante a sessão (EVA, tatame ou outro).
4.4 - Dispõe de local adequado para armazenamento de testes psicológicos ou outros documentos de guarda obrigatória?
() Sim () Não - Se não, justificar: _____
() Sim () Não - Se não, justificar: _____
4.5 - O ambiente em geral possui boas condições de higienização? () Sim () Não - Se não, justificar: _____

5. ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

5.1 - Dispõe de prontuários? () Sim () Não - Especificar: () Informatizado () Físico - Se não, justificar: _____
5.2 - Os procedimentos/ intervenções realizadas estão devidamente registradas no prontuário?
() Sim () Não
Se não, justificar: _____

6. ITENS E CAPACIDADE INSTALADA

6.1 - A clínica tem capacidade de realizar todos os procedimentos previstos no edital?

() Sim () Não - Se não, justificar: _____

6.2 Estimativa da capacidade instalada: _____

Procedimentos por mês: _____

Metodologia de cálculo: _____

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

8. CONCLUSÃO

() Cumpre todos os requisitos

() Cumpre parcialmente os requisitos

Se não, justificar: _____

Data da visita técnica: Joinville, ____ de ____ de ____.

Equipe da Secretaria de Saúde:

ANEXO - TERMO DE COMPROMISSO DE CONFIDENCIALIDADE

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO E RESPEITO ÀS NORMAS DE SEGURANÇA VIGENTES

A empresa [**Razão/Denominação Social**], pessoa jurídica com sede em [**Endereço**], inscrita no CNPJ com o n.º [**Nº de Inscrição**], neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, doravante denominada simplesmente CREDENCIADA, em virtude de execução contratual poderá, por intermédio de seus profissionais, tomar conhecimento de informações sigilosas constantes de bases de dados do Município de Joinville e, por isso, aceita as regras, condições e obrigações constantes do presente Termo.

- 1) O objetivo deste termo de compromisso é prover a necessária e adequada proteção às informações restritas de propriedade exclusiva do Município de Joinville e reveladas à CREDENCIADA em razão da execução dos serviços objeto do Termo de Credenciamento n.º ____/20__, doravante denominado simplesmente Termo de Credenciamento, bem como assegurar o respeito às normas de segurança vigentes no órgão durante a realização dos serviços.
- 2) A expressão “informações restritas” abrangerá toda informação escrita, oral ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: informações em bases de dados ou qualquer outro meio eletrônico, técnicas, projetos, especificações, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, contratos, planos de negócios, processos, projetos, conceitos de produto, especificações, amostras de ideia, clientes, nomes de municípios, preços e custos, definições e informações de processos internos, invenções e ideias, outras informações técnicas, financeiras, entre outros.
- 3) A CREDENCIADA compromete-se a não reproduzir e/ou dar conhecimento a terceiros, sem a anuência formal e expressa do Município de Joinville, das informações restritas reveladas. Também se compromete a não utilizar e nem permitir que diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados ou prepostos utilizem, de forma diversa da prevista no Termo de Credenciamento, informações restritas reveladas.
- 4) A CREDENCIADA deverá cuidar para que as informações reveladas fiquem limitadas ao conhecimento dos diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados ou prepostos que estejam diretamente envolvidos nas discussões, análises, reuniões e demais atividades relativas à prestação de serviços ao Município de Joinville. A CREDENCIADA deve cientificar esses profissionais da existência deste termo e da natureza confidencial das informações restritas reveladas.
- 5) A CREDENCIADA declara conhecer e se compromete a seguir e divulgar entre os colaboradores envolvidos na execução do Termo de Credenciamento os atos normativos relativos a Segurança da Informação praticados no âmbito do Município de Joinville.
- 6) A CREDENCIADA possuirá ou firmará acordos por escrito com seus diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados ou prepostos cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente termo, conforme especificado no instrumento convocatório do processo licitatório que deu origem ao Termo de Credenciamento.
- 7) A CREDENCIADA obriga-se a informar, imediatamente ao Município de Joinville, qualquer violação de regras de sigilo estabelecidas neste termo que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.
- 8) A quebra do sigilo de informações restritas, devidamente comprovada, sem autorização expressa do Município de Joinville, possibilitará a imediata rescisão de qualquer Termo de Credenciamento firmado entre o Município de Joinville e a CREDENCIADA sem qualquer ônus para o Município de Joinville. Neste caso, a CREDENCIADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo Município de Joinville, inclusive os de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo.
- 9) O presente termo tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de acesso às informações restritas do Município de Joinville.

E, por aceitar todas as condições e as obrigações constantes do presente termo, a CREDENCIADA assina o presente termo por meio de seus representantes legais.

CREDENCIADA

MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA DA DECLARAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO E RESPEITO ÀS NORMAS DE SEGURANÇA
DECLARAÇÃO

Por meio desta, o(a) Sr(a) [nome do(a) diretor, consultor, prestador de serviço, empregado ou preposto], CPF _____, ocupante do cargo [cargo que ocupa] na empresa [Nome (Razão Social) da empresa], CNPJ [número do CNPJ da empresa], declara sob as penas da Lei, ter tomado conhecimento do **Termo de Compromisso de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes no Município de Joinville**, emitido por ocasião da assinatura do Termo de Credenciamento nº ____/20__, e se compromete a seguir, naquilo que lhe couber, todas as disposições do referido Termo.

Local, ____ de ____ de 20__.

CREDENCIADA

4 - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

4.1 O quantitativo foi estimado em estudo para levantamento de demanda, disponível no anexo SEI 0019773256

| Código | Descrição | Unidade de Medida | Quantidade Mensal | Quantidade 12 meses | Quantidade 24 meses |
|----------------|--|-------------------|-------------------|---------------------|---------------------|
| 03.01.08.017-8 | ATENDIMENTO INDIVIDUAL EM PSICOTERAPIA | Sessão | 2.100 | 25.200 | 50.400 |

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

- 5.1 - As soluções disponíveis no mercado para atender a necessidade da Administração são: licitação, convênio e credenciamento.
- 5.2 - A licitação consiste em uma modalidade de contratação por meio do qual a administração escolhe a proposta mais vantajosa e esse procedimento se desenvolve através de atos administrativos vinculativos entre o licitante e o poder público oferecendo iguais condições a todos interessados, que desejem contratar com a administração pública. A desvantagem é a dependência de um único prestador que deverá fornecer todos os procedimentos e quantitativos estimados, o que traz riscos à manutenção da oferta.
- 5.3 - O convênio consiste em uma modalidade de parceria por meio do qual a administração e entidades privadas sem fins lucrativos estabelecem vínculo cooperativo ou de parceria entre si, de modo a realizar um propósito comum, voltado ao interesse público. A desvantagem também é a dependência de um único prestador que deverá fornecer todos os procedimentos e quantitativos estimados, o que traz riscos à manutenção da oferta.
- 5.4 - O credenciamento consiste em uma modalidade de contratação por meio do qual todos os interessados que preencham os requisitos do edital podem ser credenciados. A vantagem é a possibilidade de contratação de vários prestadores para um único objeto, ou seja, contratação paralela e não excludente. Outra vantagem é a possibilidade de prestadores em várias áreas de abrangência do município e sem a necessidade de fornecer todos os procedimentos e quantitativos estimados (a depender das regras do edital).
- 5.5 - Considerando as soluções de mercado supra elencadas, considerando os elementos tragos em cada opção, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido a contratação na modalidade de credenciamento universal.
- 5.6 - Registra-se que a modalidade Credenciamento está prevista no inciso I do artigo 115 da Instrução Normativa nº 03/2024 (0023970042), aprovada pelo Decreto n.º aprovada pelo Decreto n.º 64.109/2024 (0023987931), e, diante do cenário exposto, caracteriza-se o interesse da Administração Municipal em contratar um maior número de prestadores de serviço.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

- 6.1 - Os valores dos procedimentos serão os estabelecidos pelo Ministério da Saúde, Tabela Sigtap/SUS acrescidos de valor complementar conforme descrito no Quadro I.
- 6.2 - Será concedido reajuste em caso de atualização da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS (SIGTAP), em conformidade com o Ministério da Saúde e Conselho Nacional de Saúde, após a publicação no Diário Oficial da União e somente à respectiva parte da composição do valor da tabela Sigtap/SUS de cada procedimento.
- 6.3 - O reajuste relativo ao valor da Tabela SIGTAP será feito na mesma proporção em que for atualizada a respectiva tabela, e o reajuste relativo ao complemento municipal será atualizado conforme o índice IPCA - Índice de Preço ao Consumidor Amplo, após 12 (doze) meses contados da data do protocolo do pedido de credenciamento.
- 6.3 - O reajuste será aplicado uniformemente a todos os credenciados, independente da data de assinatura do termo de credenciamento.
- 6.4 - A estimativa dos valores foram obtidos considerando-se os valores pesquisados.
- 6.5 - Os valores estimados para a contratação, bem como suas memórias de cálculo estão discriminados no presente processo, tendo por base levantamento preliminar de mercado/ o histórico de contratações anteriores e a demanda esperada.
- 6.6 - A contratação tem como valor estimado o importe de **R\$ 2.142.000,00** (dois milhões cento e quarenta e dois mil reais) para 12 meses e **R\$ 4.284.000,00** (quatro milhões duzentos e oitenta e quatro mil reais) para 24 meses.

Quadro 1

| Item | Código | Descrição | Unidade de Medida | Quantidade Mensal | Quantidade 12 meses | Quantidade 24 meses | Tabela SIGTAP | Complemento Municipal | Valor total por procedimento | Valor para 12 meses | Valor para 24 meses |
|--|----------------|--|-------------------|-------------------|---------------------|---------------------|---------------|-----------------------|------------------------------|---------------------|---------------------|
| 1- Atendimento em psicoterapia individual infantil e adulto. | 03.01.08.017-8 | ATENDIMENTO INDIVIDUAL EM PSICOTERAPIA | Sessão | 2.100 | 25.200 | 50.400 | R\$ 2,55 | R\$ 82,45 | R\$ 85,00 | R\$ 2.142.000,00 | R\$ 4.284.000,00 |

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

7.1 - Após análise das soluções de mercado supra elencadas, considerando os elementos dispostos em cada opção, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido a contratação na modalidade de credenciamento universal.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

- 8.1 - Os serviços deverão ser executados conforme a demanda da CREDENCIANTE e a capacidade de atendimento instalada da CREDENCIADA no ato do credenciamento.
- 8.2 - Serão credenciados todos os interessados que preencham os requisitos previamente determinados no edital. Assim, pretende-se alcançar o maior número de participantes para atender a demanda.
- 8.3 - A Programação Físico-Orçamentária (PFO) poderá ser revista a qualquer momento por iniciativa do Gestor Municipal, quando de interesse público e considerando que a modalidade de Credenciamento Universal prevê a inclusão de novos credenciados.
- 8.4 - A CREDENCIANTE elaborará a PFO levando-se em consideração a capacidade instalada, a oferta de procedimentos da credenciada e a demanda por procedimento.
- 8.4.1.- A CREDENCIADA poderá ser dispensada caso não tenha demanda.
- 8.5 - A CREDENCIADA deverá ofertar todos os procedimentos previstos no edital e atender todas as faixas etárias.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

9.1 - Os resultados pretendidos com a presente contratação não estão atrelados apenas a termo de economicidade e de aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros, mas principalmente ao interesse público a ser atendido, que muitas vezes não está diretamente interligado a todas essas questões. No caso, busca-se suprir o setor da saúde com a contratação de ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde da população.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

- 10.1 - A Secretaria da Saúde dispõe de servidores com experiências técnicas e conhecimento acerca do serviço a ser prestado.
- 10.2 - A Secretaria da Saúde dispõe de sistema que permite acompanhar a execução dos serviços.
- 10.3 - Serão indicados membros para fiscalização dos termos de credenciamentos. Em atendimento ao princípio da segregação de funções, observar-se-á que os membros da elaboração da fase preparatória não atuem como membros da comissão de fiscalização.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

- 11.1 - Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.
- 11.2 - Para a presente contratação não há interesse da Administração em aderir às Atas de Registros de Preços dos Consórcios, pelos seguintes motivos sucintamente elencados:
- 11.2.1 - Foi realizada pesquisa nas Atas de Registro de Preços dos Consórcios com o mesmo objeto da presente requisição de compras, porém, não foi possível localizar processo com objeto semelhante que atendessem as especificações técnicas dessa Secretaria de Saúde;
- 11.2.2 - Em termos de interesse público, a Administração deve acima de tudo buscar a eficiência em suas contratações. Para tomar a decisão acerca da viabilidade e interesse público em participar ou aderir a uma Ata de Registro de Preços dos Consórcios é necessário avaliar vários fatores que não somente preços, mas se as condições propostas para contratação são realmente vantajosas para o Município, ou mesmo o completo atendimento pelo Consórcio do que determina à Lei para a fase preparatória, licitatória e executiva.
- 11.2.3 - Existem questões técnicas de processamento e apresentação da produção para o Ministério da Saúde que, muitas vezes, não são atendidas por meio da adesão de consórcios.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

12.1 - Não se vislumbra impacto ambiental para a contratação. No entanto, caso cabível, a credenciada deverá observar a destinação adequada dos resíduos decorrentes da contratação.

13. ANÁLISE DE RISCOS

De acordo com o art. Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021, na fase preparatória, devem ser abordados os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual

| Índice | Descrição | Nível |
|--------------------|--|-------|
| Raro | Evento extraordinário. Acontece apenas em situações excepcionais. Não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência. | 1 |
| Pouco Provável | Evento casual, inesperado. Existe histórico de ocorrência. O histórico conhecido aponta para a baixa frequência de ocorrência no prazo associado ao objetivo. | 2 |
| Provável | Evento esperado de frequência reduzida. Histórico parcialmente conhecido. Repete-se com frequência razoável no prazo associado ao objetivo ou há indícios que possa ocorrer nesse horizonte. | 3 |
| Muito provável | Evento usual de frequência habitual. Histórico amplamente conhecido. Repete-se com elevada frequência no prazo associado ao objetivo ou há indícios que ocorrerá nesse horizonte. | 4 |
| Praticamente certo | Evento que se repete seguidamente. Interfere no ritmo das atividades. Ocorrência quase garantida no prazo associado ao objetivo. | 5 |

13.1.1 - Identificação de riscos - Probabilidade (P):

- a) Nível 1: Possibilidade de não haverem interessados no credenciamento.
- b) Nível 1: Má execução contratual.

| Impacto (I) | | |
|-------------|---|-------|
| Índice | Descrição | Nível |
| Muito Baixo | Não afeta o objetivo. Compromete minimamente o atingimento do objetivo. Para fins práticos, não altera o alcance do objetivo/resultado. | 1 |
| Baixo | Afeta pouco o objetivo. Compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do objetivo/resultado. | 2 |
| Médio | Torna incerto ou duvidoso o alcance do objetivo. Compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultado. | 3 |
| Alto | Torna improvável o alcance do objetivo. Compromete a maior parte do atingimento do objetivo/resultado. | 4 |
| Muito Alto | Capaz de impedir o alcance do objetivo. Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultado. | 5 |

13.1.2 - Análise de riscos - Impacto (I):

- a) Nível 4: Possibilidade de não haverem interessados no credenciamento.
- b) Nível 4: Má execução contratual.

13.1.3 - Avaliação de riscos - Probabilidade (P) * Impacto (I):

- a) Possibilidade de não haverem interessados no credenciamento - dos riscos encontrados, procedendo à ponderação do impacto e da probabilidade, constatamos que os riscos são classificados como Médio.
- b) Má execução contratual - dos riscos encontrados, procedendo à ponderação do impacto e da probabilidade, constatamos que os riscos são classificados como Médio.

| Classificação dos Riscos | |
|--------------------------|-------------|
| Pontuação | Risco |
| 15 a 25 | Muito Alto |
| 8 a 12 | Alto |
| 3 a 6 | Médio |
| 1 e 2 | Baixo |
| 0 | Muito Baixo |

13.1.4 - Tratamento de riscos:

- a) Possibilidade de não haverem interessados no credenciamento:

Medidas: Mitigar/Transferir - a pesquisa de preços deverá considerar eventual possibilidade de oscilação da variação de preços, evidenciando os valores praticados atualmente no mercado, com vistas a prevenir não haverem interessados no credenciamento.

- b) Má execução contratual:

Medidas: Mitigar/Transferir - instruir o processo de requisição de compras, da melhor maneira possível, com todos os elementos necessários, para que não reste dúvida ao(s) credenciado(s), sobre os requisitos da contratação, bem como suas obrigações e sanções decorrentes da futura contratação.



| Possibilidade de Tratamento de Riscos | |
|---------------------------------------|--|
| Conduta | Descrição |
| Evitar | Descontinuar a atividade, interromper o processo de trabalho. |
| Transferir | Compartilhar o risco com terceiros, como no caso dos seguros. |
| Mitigar | Desenvolver e implementar medidas para evitar que o risco se concretize e/ou medidas para atenuar o impacto e as consequências, caso ocorra. |
| Mitigar/transferir | Desenvolver e implementar ambas as medidas: mitigar e transferir |
| Aceitar | Não há necessidade de adotar quaisquer medidas. Considerar se é o caso de monitorar ao longo do tempo. |

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (obrigatório)



14.1 - Para proceder à análise da viabilidade da contratação, esta deve atender positivamente os seguintes critérios:

| Parâmetro considerado | Sim | Não | Observação / Comentário |
|--|-----|-----|-------------------------|
| 1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico? | x | | |
| 2. O modelo adotado para a contratação está em conformidade com o praticado no mercado? | x | | |
| 3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária? | x | | |
| 4. Os resultados pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração, em curto, médio e longo prazo? | x | | |
| 5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a contratação é viável e não possui risco de dano ao erário? (moderado/médio a grave) | x | | |
| 6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares. | x | | |
| 7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos? | x | | |



14.2 - Conclusão: Com base nas informações levantadas durante o estudo, a Equipe/Comissão de Planejamento entende ser viável a solução descrita no presente Estudo Técnico Preliminar para a presente contratação, vez que se mostrou tecnicamente a mais adequada à necessidade e fundamentadamente atendendo ao interesse público. Desta forma, conclui-se que a melhor solução encontrada é a contratação de empresas especializadas para prestação de serviços de saúde para a realização de atendimento psicológico ambulatorial para atendimento da demanda dos usuários do SUS na modalidade de credenciamento.




Documento assinado eletronicamente por **Ana Caroline Giacomini, Gerente**, em 29/04/2025, às 17:27, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Bruna Daniela Dumont Ladeira Landmann, Gerente**, em 30/04/2025, às 08:23, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Luana Simao, Coordenador(a)**, em 30/04/2025, às 09:09, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **25314308** e o código CRC **636AF67C**.